

A. I. Nº - 299164.1013/02-9
AUTUADO - EXPRESSO BELA VISTA DE SALVADOR LTDA.
AUTUANTES - ANANIAS JOSÉ CARDOSO FILHO e OSVALDO CEZAR RIOS FILHO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 07.02.03

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0015-01/03

EMENTA: ICMS. NULIDADE. ILEGITIMIDADE PASSIVA. Está patente a ilegitimidade passiva neste caso. Os dados constantes no Termo de Conferência de Veículos dizem respeito a uma empresa transportadora da cidade de Guarulhos, em São Paulo, ao passo que a autuação foi feita em nome de outra empresa, estabelecida em Salvador, na Bahia. Auto de Infração **NULO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado pela fiscalização do trânsito de mercadorias em 20/10/02, acusa a realização de transporte de mercadoria sem documentação fiscal. ICMS exigido: R\$ 3.250,87. Multa: 100%.

O autuado apresentou defesa pedindo o arquivamento do Auto de Infração, alegando que o fiscal se equivocou na lavratura do aludido instrumento, haja vista que a empresa responsável pelo transporte das mercadorias em questão é a Expresso Bela Vista de Guarulhos Ltda., de São Paulo. Alega que, apesar de os nomes serem parecidos, sua empresa não tem nada a ver com a empresa paulista.

A auditora incumbida de prestar a informação fiscal reconhece que a autuação foi feita em nome de empresa transportadora em relação à qual não há provas que a vinculem à operação objeto da ação fiscal, configurando-se, assim, ilegitimidade passiva, nos termos do art. 18, IV, “b”, do RPAF/99. Opina pela nulidade do procedimento.

VOTO

Está patente a ilegitimidade passiva neste caso. A própria fiscalização admite a ilegitimidade. Os dados constantes no Termo de Conferência de Veículos (fl. 6) dizem respeito a uma empresa transportadora da cidade de Guarulhos, em São Paulo, ao passo que a autuação foi feita em nome de outra empresa, estabelecida em Salvador, na Bahia.

O procedimento é nulo. Baseio-me no art. 18, IV, “b”, do RPAF/99.

A repartição fiscal analisará se existem elementos que justifiquem a renovação do procedimento. É evidente que o interessado poderá sanar alguma irregularidade porventura existente, antes do início de nova ação fiscal.

Voto pela NULIDADE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **NULO** o Auto de Infração nº **299164.1013/02-9**, lavrado contra **EXPRESSO BELA VISTA DE SALVADOR LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 3 de fevereiro de 2003.

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO/RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – JULGADOR